INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma legislação avançada na que se refere à proteção e regulamentação do trabalho de adolescentes e jovens, em sintonia com a Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proibição do trabalho para a faixa etária inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz que, por sua vez, só é permitido a partir dos 14 anos e em condições protegidas pela Lei da Aprendizagem. Mesmo assim, a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recentemente, indicou que, em comparação aos dados de 2013, a exploração da mão de obra infantil no país cresceu 4,5% em 2014. Embora o número de crianças e adolescentes trabalhando no país seja quase um terço do registrado há uma década, a alta interrompe uma sequência de resultados positivos das políticas públicas de combate ao trabalho infantil e aponta novos desafios para sua completa erradicação.

O Município de São Paulo assumiu o compromisso de abolir o trabalho infantil junto ao Governo Federal e à sociedade. A Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), criada pelo Decreto nº 47.225 de 25/04/2006 e reativada pela Portaria nº 11/SMADS/2014, reúne representações de diversos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil e tem como atribuição desenvolver estratégias para a erradicação do trabalho infantil no município.

A Comissão, coordenada pela SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - foi a instância responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador e contou com o apoio da UNESCO.

Inicialmente as representações da CMETI estabeleceram o roteiro para o desenvolvimento do Plano, sintonizado aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, especialmente o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Em seguida, contribuíram para o levantamento de dados e informações já produzidos e veiculados pelas instituições e órgãos públicos municipais para a caracterização das ações de enfrentamento e prevenção ao trabalho infantil e proteção aos jovens trabalhadores em curso nas diversas áreas. Paralelamente, a Comissão se reuniu mensalmente, de julho de 2015 a abril de 2016, para desenvolver propostas de ação para o Plano Municipal. Esse processo de trabalho resultou numa Versão Preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador que foi amplamente discutida, complementada, ajustada e enriquecida em debates com a participação de técnicos de diversos órgãos públicos, representações da sociedade civil, Conselho Municipal de Diretos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social. Além disso, o documento foi apresentado em duas audiências públicas organizadas para este fim, em maio de 2016, e disponibilizado para consulta pública e envio de contribuições ao documento final no site da SMADS.

O processo participativo para a elaboração do Plano contribuiu para a construção de uma proposta com sustentabilidade, aberta a novas sugestões e aperfeiçoamentos e que, principalmente, conta com o comprometimento dos principais atores sociais envolvidos para sua efetivação.

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

1. Causas e Efeitos do Trabalho Infantil e Adolescente

"A definição de Trabalho Infantil está relacionada às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente e jovem trabalhador, é considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998¹."

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2011, em consonância com as resoluções e recomendações da OIT – Organização Interamericana do Trabalho destaca as atividades exercidas por indivíduos com menos de 18 anos caracterizadas entre as piores formas de trabalho como focos prioritários das políticas sociais de erradicação de trabalho infantil². São essas:

- todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizados em conflitos armados;
- utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
- utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de drogas, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

E o Plano Nacional também define, seguindo a recomendação 190 da Convenção nº 182 da OIT, como critério para determinar as piores formas de trabalhos as seguintes modalidades de exploração da mão de obra infantil:

- trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais;
- trabalho embaixo da terra, embaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- trabalho com maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas, ou que envolva manusear ou transportar cargas pesadas;
- trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde;
- trabalho em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas jornadas, durante a noite, ou atividade em que a criança é confinada no local de trabalho.

O trabalho infantil tem raízes históricas e socioculturais na sociedade brasileira e motivações econômicas que conformam um conjunto de questões complexas para sua efetiva compreensão e enfrentamento. As causas do trabalho infantil podem ser sintetizadas em três vertentes, com base na

diversidade de estudos e pesquisas sobre o problema:

A pobreza e o perfil socioeconômico da família

Diversos estudos apontam que a necessidade econômica de manutenção da família é um dos fatores centrais de estímulo ao trabalho infantil. Em decorrência do impacto que o trabalho na infância tem sobre a renda ao longo da vida, estudos analisam que o trabalho infantil cria um "círculo vicioso" entre gerações. A participação de crianças e adolescentes para aumentar a renda da família e consequente deterioração na sua educação se reflete futuramente em baixa qualificação profissional e em salários inferiores. Desse modo, haverá uma maior necessidade de seus filhos também trabalharem na infância, caracterizando-se uma "armadilha" do trabalho infantil (EMERSON E SOUZA, 2006).

Mas, se por um lado, verifica-se que com maiores níveis de renda da família há menor probabilidade de uma criança entrar no mercado de trabalho, por outro, evidências empíricas indicam que a relação entre trabalho infantil e renda não é tão clara (KASSOUF, 2002), outros fatores também tem forte influência na inserção de crianças no mercado de trabalho.

O peso da cultura na positividade do trabalho infantil

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, ao longo da história, tem sido valorizado na mentalidade da sociedade brasileira, especialmente no caso de crianças que vivem em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Aspectos culturais influenciados pelas desigualdades econômicas, exclusão social e discriminações de gênero e raça contribuem para imprimir sentidos e valores positivos ao trabalho infantil que moldam atitudes e comportamentos que legitimam a sua reprodução através de gerações.

Um conjunto de crenças ou mitos compõe as representações sociais sobre trabalho infantil no imaginário social nacional que associam:

- o trabalho como solução para pobreza;
- o trabalho como protetor, uma forma de prevenção de crianças e adolescentes da marginalidade;
- o trabalho como disciplinador, uma alternativa a ociosidade infanto-juvenil;
- o trabalho como formador, um caminho de preparação da criança e do adolescente para a vida e para o mundo do trabalho e para a construção de uma carreira de futuro;
- o trabalho como "enobrecedor", uma preparação moral para a vida, que dignifica e forma caráter.

Ao contrário, esses mitos em determinadas situações contribuem para expor as crianças e adolescentes a situações de risco em que não contam com a proteção da família e apenas do empregador; comprometem a sociabilidade e interação nos espaços públicos; reforçam visão superada de que o trabalho como ocupação é solução para a criminalidade. Além disso, associam pobreza com criminalidade de forma preconceituosa, desconsiderando os direitos conquistados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. A superação dos mitos legitimadores do trabalho infantil é um desafio permanente.

Ausência ou fragilidade das políticas públicas:

A falta de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias ou a falta de universalização de políticas e serviços públicos contribuem para o baixo estímulo às crianças e adolescentes de

comprometimento com os estudos, com o autocuidado e com seu próprio desenvolvimento pessoal. A falta de perspectiva de vida é um dos fatores que levam a criança ou o adolescente a trabalhar precocemente. E a educação é fundamental nesse debate. Meninos e meninas que estão na escola são menos vulneráveis à exploração de mão de obra antes da idade permitida, de acordo com diversos estudos.

Consequências do trabalho infantil para as crianças e adolescentes

O trabalho infantil resulta em diversos prejuízos ao desenvolvimento humano das crianças e adolescentes, tem efeitos complexos, principalmente nas condições econômicas, sociais, educacionais, bem como no desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo. O UNICEF³ e diversos estudos apontam que os danos causados às crianças e aos adolescentes explorados no trabalho são irreparáveis e não há como compensar a perda das etapas de desenvolvimento humano que devem ser vivenciadas neste ciclo de vida desde a infância, por todas as pessoas, ricas e pobres.

Em relação aos danos físicos, pesquisas comprovaram que meninos e meninas trabalhadores são mais vulneráveis às condições de trabalho por terem resistência limitada e estarem mais sujeitos a acidentes, a maior ocorrência de doenças do trabalho ao assumirem responsabilidades incompatíveis com suas etapas de desenvolvimento. , Nem sempre eles também estão preparados para avaliar os riscos que podem ser gerados pelo trabalho e seus efeitos em longo prazo, o que amplia a possibilidade de submissão a condições adversas. O relatório "Crianças em um mundo urbano", publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância em 2012, também destaca que o trabalho infantil está frequentemente associado a atos de violência e abusos, tanto quando exercido nas ruas como no ambiente doméstico.

Alguns estudos revelam ainda que a entrada antecipada no mercado de trabalho pode afetar a saúde na vida adulta. De acordo com Kassouf (2002), as chances de um indivíduo adulto declarar que tem uma saúde pior são elevadas quando este declara ter iniciado no mercado de trabalho antes dos 10 anos de idade. Essa probabilidade diminui para aqueles que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos e é ainda menor para os indivíduos que começaram a trabalhar após os 15 anos.

Os danos sociais causados pelo trabalho infanto-juvenil são mais visíveis no atraso e evasão escolar com consequências para uma futura inserção no mundo do trabalho. Cavalieri (2002) analisou o efeito do trabalho infantil no desempenho escolar no curto prazo. A autora verificou que o desempenho escolar das crianças que trabalham é, em média, inferior ao desempenho daquelas que não trabalham. Estimou que a probabilidade de obter aprovação na escola reduz aproximadamente 17,2%, a de progresso diminui 24,2% e a de evasão aumenta 22,6% quando a criança exerce algum tipo de atividade econômica, mesmo que não remunerada. Apesar de trabalho e escola não se mostrarem atividades excludentes, o fato de a criança trabalhar é determinante na decisão de largar os estudos. Dos 22,6% de crianças que deixaram de frequentar a escola 21,1 pontos percentuais (93,4%) podem ser explicados pelo exercício de alguma forma de trabalho.

As crianças e os adolescentes que não estudam constituem uma força de trabalho desqualificada para as atividades produtivas no comércio, indústria, agricultura, setor de serviços ou para as profissões liberais. Obrigados a complementar ou, até mesmo, prover o orçamento doméstico, expulsos para as ruas pela

³ Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf